

ATA DA 521^a REUNIÃO ORDINÁRIA DO CONSELHO NACIONAL DE POLÍTICA CRIMINAL E PENITENCIÁRIA REALIZADA EM 26 DE SETEMBRO DE 2025

Aos vinte e seis dias do mês de setembro do ano de dois mil e vinte e cinco, em Brasília/DF, reuniram-se os membros do Conselho Nacional de Política Criminal e Penitenciária (CNPCP) para a 521^a Reunião Ordinária, sob a presidência do Dr. André de Albuquerque Garcia estando presentes os seguintes Conselheiros(as): Caroline Santos Lima, Walter Nunes da Silva Júnior, Bruno Dias Cândido, Davi Márcio Prado Silva, Douglas de Melo Martins, Kátia Regina De Abreu, Marcus Castelo Branco Alves Semeraro Rito, Marcelo Pimentel de Oliveira, Luciana Gomes Ferreira de Andrade, ausentes os Conselheiros Murilo Andrade de Oliveira e Pierpaolo Cruz Bottini, Suplentes presentes: Aline Ramos Moreira, André Alisson Leal Teixeira, Arthur Richardisson Evaristo Diniz, Graziela Paro Caponi, Josefa Elizabeth Paulo Barbosa, Luciana Gomes Ferreira de Andrade, Marcia de Alencar, Evaristo Diniz, Márcia de Alencar Araújo, André Alisson Leal Teixeira e Paulo Barbosa, ausentes os Suplentes Carlos Eduardo Ribeiro Lemos, Herbet Goncalves Santo, Vidal Serrano Nunes Júnior. Ausente com justificativa o Suplente Paulo Augusto de Oliveira Irion. Registrhou-se, ainda, a participação da Dra. Gisela Baer, convidada especial desta reunião, em razão de sua colaboração anterior como integrante do Grupo de Trabalho População Não Nacional (GT PNN) do CNPCP.

O Presidente do Conselho declarou aberta a reunião, dando as boas-vindas aos conselheiros e participantes. O Presidente iniciou relembrando o deliberado na reunião ordinária 520, que foi a atualização do regimento interno a ser realizada pelo conselheiro Davi Márcio. Em continuidade informou ainda aos conselheiros e suplentes da criação de usuários dentro da plataforma SEI visando a distribuição dos processos e o regular trâmite. O Conselheiro Davi Márcio Prado Silva, por sua vez, abriu as discussões destacando a necessidade de ajustes na tramitação, ante a ausência de parâmetros claros de prazos no Regimento Interno atual, o que tem criado problemas, propondo a fixação de trinta dias, ou excepcionalmente quinze dias, para a tramitação dos expedientes. Manifestaram-se os Conselheiros Walter Nunes e Caroline Santos Lima, anuindo à preocupação e propondo a fixação de prazo. Na sequência o Conselheiro Davi manifestou preocupação quanto ao uso da expressão “dias úteis”, que poderia dificultar o trabalho da Secretaria Executiva. O Presidente considerou a observação pertinente e informou aos demais que o Conselheiro Davi havia sido designado relator da proposta de atualização do Regimento Interno, a fim de consolidar as sugestões debatidas. Presidente apresentou os pontos centrais da reforma regimental: definição das atribuições de titulares e suplentes, disciplina da distribuição de expedientes, normatização do papel da Secretaria Executiva, inclusão de previsão formal para reuniões virtuais e híbridas, regulamentação de pedidos de vista e retiradas de pauta, bem como a atualização das regras sobre inspeções nacionais e visitas técnicas. Destacou que a reforma trará maior eficiência e segurança jurídica às deliberações do Conselho. O tema das inspeções prisionais gerou amplo debate. Iniciou com a Conselheira Kátia Abreu relatando a experiência da inspeção realizada no presídio de Bangu, no Estado do Rio, onde foi apresentada uma unidade modelo, mas ao visitar outra unidade do mesmo complexo, encontrou superlotação e condições precárias, questionando o que foi feito após a visita e a efetividade das ações do conselho no que tange aos encaminhamentos pós-visitas. Frisando ainda a necessidade da definição de metodologias e encaminhamentos concretos após as inspeções. A Conselheira Kátia defendeu também a vedação de inspeções por conselheiros em seus próprios estados, relatando caso crítico em Tocantins, com base em relatório da OAB. Diversos conselheiros, entre eles Walter Nunes, Luciana Gomes, Graziela Caponi, Elizabeth Barbosa, Carolina, Aline, Arthur Richardisson e Bruno Dias, se manifestaram em favor da criação de critérios claros, com distinção entre inspeções oficiais e visitas técnicas, assegurando pluralidade institucional e de gênero, reforçando a necessidade de criação de metodologia pós-visitas de inspeção, incluindo a interlocução com CNJ e órgãos responsáveis para acompanhamento das providências adotadas. Restou acordada a criação de uma Comissão de Inspeção composta por no mínimo três e no máximo cinco conselheiros, sob coordenação designada pela Presidência. Em seguida, o Presidente trouxe ao plenário a situação do Fundo Penitenciário Nacional (FUNPEN), informando que a execução orçamentária de 2025 atingiu o patamar de apenas quatrocentos milhões de reais, o menor da história, valor insuficiente frente às necessidades dos estados. Ressaltou que a legislação atual impõe a aplicação de trinta por cento em obras, ainda que os estados tenham outras prioridades, e que parte dos recursos vem sendo utilizada para custeio do sistema penitenciário federal e da SENAPPEN. O Conselheiro Walter Nunes relembrou relatório do Tribunal de Contas da União, segundo o qual seriam necessários, no mínimo, dois bilhões de reais por ano para suprir o déficit

estrutural. O Conselheiro Marcus Rito salientou a necessidade de revisão legal do FUNPEN. Quanto à construção de presídios, o Presidente relatou que em casos específicos é possível concluir obras em dois anos, citando o exemplo do Espírito Santo, mas que a média nacional gira em torno de cinco a sete anos, em razão de entraves licitatórios, judiciais e fundiários. A Conselheira Kátia Abreu relatou visita ao Complexo de Bangu, onde constatou discrepâncias das condições para atender a Corte Interamericana, com sobrecarga transferida a outras unidades. Na segunda parte da reunião, os componentes do Grupo de trabalho responsável por propor diretrizes voltadas à População Não Nacional privada de liberdade, tendo por presidente a conselheira suplente Márcia de Alencar Araújo e relatoria a também conselheira suplente Aline Moreira Ramos, apresentaram o relatório consolidado contendo os resultados das audiências realizadas públicas em São Paulo e Roraima. No relatório consta que dentre os principais problemas enfrentados pelo público pelo qual o GT foi criado, estão as dificuldades em razão das barreiras linguísticas, ausência de políticas municipais, xenofobia, isolamento familiar e precariedade de defesa especializada. Entre as propostas apresentadas, destacaram-se a padronização de visitas virtuais, revisão da Lei de Migração e das normas de expulsão, previsão de indulto diferenciado, ampliação das alternativas penais e fortalecimento da articulação com o Sistema Único de Assistência Social - SUAS. O Presidente André Garcia ressaltou a importância de se construir uma norma em harmonia com outros órgão como: CNJ, CNMP, Ministério da Justiça, Secretaria Nacional de Justiça e outros, além de envolver o Ministério do Desenvolvimento Social e o SUAS para tratar das vulnerabilidades sociais dos migrantes. Deliberou-se pela elaboração de minuta de recomendação, que será objeto de vista coletiva, retornando para deliberação na próxima reunião. A Conselheira Luciana Gomes Ferreira de Andrade propôs a criação de Grupo de Trabalho para tratar da monitoração eletrônica em casos de violência doméstica, à luz da Lei nº 15.125/2025. A proposta foi aprovada, sendo a Conselheira convidada a presidir o GT, com adesão voluntária de outros conselheiros. A Suplente Márcia de Alencar alertou para a paralisação do GT Pessoas com Deficiência Custodiadas, em razão de pendências sobre arquitetura prisional. O Suplente Arthur Richardsson apresentou os avanços do GT de Prevenção à Discriminação no Esporte, já com reuniões realizadas e participação da Interpol. Também foram feitos convites a conselheiros para reuniões externas, incluindo os Conselhos da Comunidade de Aracaju e o Conselho Nacional de Direitos Humanos, a respeito dos Princípios de Paris. Assim, após os membros deliberarem sobre os pontos tratados durante a reunião, definiu-se pela: 1 – atualização do Regimento Interno do CNPCP, com designação do Conselheiro Davi Márcio Prado Silva como relator da proposta; 2 – criação de uma Comissão de Inspeção, composta por três a cinco conselheiros, com critérios de rotatividade, pluralidade institucional e de gênero; 3 – elaboração de estudo técnico sobre o financiamento do sistema prisional e eventual constituição de Grupo de Trabalho específico sobre o FUNPEN; 4 – encaminhamento da minuta de recomendação do Grupo de Trabalho População Não Nacional (PNN) à vista coletiva dos conselheiros, para deliberação na próxima reunião; 5 – aprovação da criação do Grupo de Trabalho sobre monitoração eletrônica em casos de violência doméstica, sob a presidência da Suplente Luciana Gomes Ferreira de Andrade. - O Presidente agradeceu a participação dos conselheiros, ressaltou a relevância dos debates e informou que a próxima reunião será realizada de forma virtual, em data a ser comunicada. Nada mais havendo a tratar, foi encerrada a 521ª Reunião Ordinária do CNPCP às doze horas e cinquenta e um minutos. encerrada. Para constar, lavrou-se a presente ata por Joelmir dos Santos, servidor mobilizado do CNPCP/MJSP.

André de Albuquerque Garcia

Presidente do Conselho Nacional de Política Criminal e Penitenciária